

Relatório de Pagamentos a Governos

(tradução livre do original em inglês)

para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023



Glossário

Glossário de termos utilizados neste Relatório sobre Pagamentos a Governos (o “Relatório”). Os seguintes termos são definidos da seguinte maneira:

ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CSR	Pagamentos de responsabilidade social e comunitária (<i>Community and social responsibility payments</i>)
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IFRS	Normas Internacionais de Relatório Financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i>)
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
PPSA	Pré-Sal Petróleo S.A., empresa estatal brasileira que atua como gestora de contratos e representa os interesses do Governo Federal Brasileiro nos contratos de partilha de produção.
RFB	Receita Federal do Brasil
SEC	Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (<i>The United States Securities and Exchange Commission</i>)
SIMA-SP	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos</i> , empresa estatal boliviana que atua como gestora de contratos e representa os interesses do governo federal boliviano nos contratos de partilha de produção.

Base para Preparação - Relatório sobre Pagamentos a Governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

Este Relatório fornece uma visão consolidada dos pagamentos a governos feitos pela Petrobras e suas subsidiárias (doravante referidas como "Petrobras" ou "Companhia") para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme exigido pela Regulação "Disclosure of Payments by Resource Extraction Issuers" da SEC dos EUA.

Definições

Entidades reportadas

Este Relatório inclui pagamentos a governos feitos pela Petrobras e entidades sob seu controle, de acordo com as IFRS. Pagamentos feitos por entidades que não estão sob o controle da Petrobras não estão incluídos neste Relatório.

Atividades

Pagamentos feitos pela Petrobras a governos decorrentes de atividades envolvendo a exploração, extração, processamento e exportação de petróleo, gás natural ou a aquisição de uma licença para qualquer dessas atividades são divulgados neste Relatório.

Governo

Governo inclui qualquer governo nacional, bem como qualquer departamento, agência ou instrumentalidade de um governo nacional, ou uma empresa com pelo menos maioria de participação do governo nacional. Também inclui governos subnacionais, como estados (no Brasil) e departamentos (na Bolívia).

Projetos

Os pagamentos são reportados no nível de projeto, exceto aqueles que não são atribuíveis a um projeto específico, que são reportados no nível da entidade. Projeto é definido usando os seguintes fatores: (i) tipo de recurso sendo comercialmente desenvolvido, (ii) método de extração e (iii) principal jurisdição política subnacional onde o desenvolvimento comercial do recurso está ocorrendo. Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção ("E&P"), utilizando o método de extração por poços.

Segmentos

Este Relatório inclui pagamentos feitos pelo segmento de E&P da Petrobras.

E&P: Este segmento abrange as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, com o principal objetivo de abastecer as refinarias domésticas da Petrobras. O segmento de E&P também opera por meio de parcerias com outras empresas, incluindo participações societárias em empresas deste segmento no exterior.

Royalties

Royalties são pagamentos feitos pelo direito de extrair petróleo e gás, calculados como uma porcentagem da receita, menos deduções previstas nas respectivas regulamentações.

No Brasil, os Royalties são estabelecidos em contratos de concessão a uma taxa que varia de 5% a 15% da receita bruta com base nos preços de referência para petróleo bruto ou gás natural estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") em seus atos normativos. Ao estabelecer as taxas de royalties, a ANP também considera os riscos geológicos e os níveis de produtividade esperados para cada concessão. A maior parte da produção de petróleo bruto da Companhia atualmente paga a taxa máxima de royalties.

Os pagamentos desse tipo também incluem Participações Especiais, que variam de 0% a 40% da receita líquida da produção de campos que apresentam altos volumes de produção ou rentabilidade, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação aplicável. O cálculo leva em consideração a receita bruta de cada campo de produção, com base nos preços de referência para petróleo bruto ou gás natural estabelecidos pelo Decreto nº 2.705/1998 e nos atos normativos da ANP, deduzidos dos royalties pagos, investimentos exploratórios, despesas operacionais e ajustes de depreciação e impostos aplicáveis. Em 2023, os pagamentos dessa participação governamental foram

feitos em 12 dos nossos campos: Barracuda, Jubarte, Marlim Leste, Marlim Sul, Roncador e Tartaruga Verde (bacia de Campos - offshore); Berbigão, Sapinhoá, Sururu e Tupi (bacia de Santos - offshore); Leste do Urucu e Rio Urucu (bacia do Solimões - onshore).

Bônus

Os bônus divulgados correspondem ao bônus de assinatura, montantes pagos pelo licitante vencedor ao assinar um contrato de exploração e produção, que podem ser pré-definidos ou oferecidos, sujeitos aos valores mínimos publicados nos editais de licitação.

Taxas

Taxas são pagamentos feitos pela retenção ou ocupação de áreas contratadas para a exploração e produção de petróleo e gás natural, cuja taxa é estabelecida pela ANP nos respectivos editais de licitação, com base no tamanho, localização e características geológicas do bloco de concessão.

Também incluem pagamentos pela aquisição e manutenção de uma licença ambiental para operar em uma área onde são realizadas atividades extrativas.

Direitos de Produção

Estas são a parcela de produção do governo anfitrião sob o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18, 29(VII). O percentual de produção a ser partilhado com o Governo Federal Brasileiro é definido nos contratos de partilha de produção, nos quais a empresa estatal PPSA representa os interesses do Governo Federal Brasileiro, como parceiro não operador que gerencia esses contratos.

Os direitos de produção são apresentados a valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorizado ao preço médio do Brent do ano, já que os custos históricos não estão razoavelmente disponíveis ou determináveis por projeto.

Impostos

Os pagamentos de impostos no Brasil incluem impostos sobre as exportações de petróleo bruto de 1º de março a 28 de junho de 2023, quando o Governo Federal Brasileiro estabeleceu uma taxa temporária de 9,2% sobre essas exportações.

A Companhia não paga impostos sobre o lucro especificamente ao se envolver no desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural. Os pagamentos da Companhia para impostos sobre a renda corporativa são baseados no lucro tributável no nível da entidade legal dentro de uma determinada jurisdição, que inclui a renda obtida de atividades comerciais além daquelas geradas por atividades de extração de recursos.

Dividendos

A Companhia não paga quaisquer dividendos em substituição a participações na produção ou royalties. Esses pagamentos são feitos ao Governo Federal Brasileiro como acionista comum ou ordinário da Petrobras nos mesmos termos que aos outros acionistas. Portanto, esses pagamentos não estão no escopo deste Relatório.

Pagamentos para melhorias de infraestrutura

Esses são pagamentos relacionados à construção de infraestrutura (estrada, ponte ou ferrovia) não substancialmente dedicada ao uso de atividades extrativas e, portanto, não são contabilizados como propriedade, planta e equipamento. Em 2023, não houve pagamento feito a governos relacionado a melhorias de infraestrutura.

Pagamentos de responsabilidade social e comunitária

Esses são pagamentos exigidos por lei ou contrato que, em geral, compreendem pagamentos para apoiar o bem-estar social ou econômico das comunidades onde os gastos são feitos.

Parcerias

Quando a Companhia faz um pagamento diretamente a um governo decorrente de uma parceria, sempre que a Petrobras é a operadora, o valor total pago é divulgado, mesmo quando a Petrobras, como operadora, é proporcionalmente reembolsada por seus parceiros não operadores do empreendimento.

Moedas usadas para fazer os pagamentos e Taxa de câmbio

Os pagamentos no Brasil são feitos em Reais e os pagamentos na Bolívia são feitos em Bolivianos. Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2023 (Real Brasileiro/Dólar Americano 4,84 e Boliviano/Dólar Americano 6,82).

Divulgação por Projeto

A tabela abaixo apresenta os pagamentos feitos pela Companhia a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, por projeto e tipo de pagamento.

Projeto ⁽¹⁾								Total
Bacia	Principal jurisdição política subnacional	Royalties	Bônus	Direitos de produção ⁽²⁾	Impostos	Taxas	CSR	Total
Brasil ⁽³⁾		12.469.329	150.678	1.420.630	298.680	81.178	51.835	14.472.330
Offshore								
Santos	Rio de Janeiro	9.623.159		1.354.006		9.904	29.151	11.016.220
Campos	Rio de Janeiro	1.365.129	109.748	697		30.417	17.583	1.523.573
Santos	São Paulo	641.718	40.930	65.927		3.376	4.552	756.504
Campos	Espírito Santo	663.505				2.538		666.043
Espírito Santo	Espírito Santo	5.849				3.209	549	9.607
Camamu	Bahia	2.005				889		2.895
Potiguar	Rio Grande do Norte	900				1.475		2.375
Sergipe	Sergipe					2.005		2.005
Jequitinhonha	Bahia					869		869
Pará-Maranhão	Pará					532		532
Ceará	Ceará					353		353
Barreirinhas	Maranhão					267		267
Foz do Amazonas	Amapá					131		131
Onshore								
Solimões	Amazonas	109.208				587		109.795
Potiguar	Rio Grande do Norte	19.214				23.088		42.303
Recôncavo	Bahia	17.386				710		18.096
Espírito Santo	Espírito Santo	3.020				115		3.135
Sergipe	Sergipe	667				570		1.237
Paraná	Paraná					145		145
Pagamento no nível da entidade ⁽⁴⁾								
Petróleo Brasileiro S.A.		17.569			298.680			316.249
Bolívia ⁽³⁾		-	1.394	-	-	-	-	1.394
Terra								
Bloque San Antonio	Tarija		467					467
XX Tarija Oeste	Tarija		311					311
Colpa Caranda	Santa Cruz		249					249
Bloque San Alberto	Tarija		218					218
San Telmo Norte	Santa Cruz		149					149
Total		12.469.329	152.072	1.420.630	298.680	81.178	51.835	14.473.724

(1) Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção ("E&P"), utilizando poços como método de extração.

(2) Direitos de produção in natura (*In-kind*) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

(3) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2023 (Real brasileiro/Dólar Americano 4,84 e Boliviano/Dólar Americano 6,82).

(4) Não é atribuível a projetos individualmente. Os impostos referem-se ao imposto de exportação aplicado sobre as exportações de petróleo bruto. Os royalties referem-se ao acordo com a ANP relativo ao montante devido pela unidade de industrialização de xisto SIX (desinvestida em 2022). Este acordo será pago em parcelas até 2027.

Divulgação por Governo

A tabela abaixo apresenta os pagamentos feitos pela Companhia a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, por governo e tipo de pagamento.

	Royalties	Bônus	Direitos de produção ⁽²⁾	Impostos	Taxas	CSR	Total
Brasil⁽¹⁾	12.469.329	150.678	1.420.630	298.680	81.178	51.835	14.472.330
STN	12.469.329						12.469.329
PPSA ⁽²⁾			1.420.630				1.420.630
RFB				298.680			298.680
ANP		150.678			58.957		209.635
ICMBio						49.833	49.833
IDEMA					21.493		21.493
SIMA - SP						2.003	2.003
IBAMA					579		579
IPAAM					149		149
Bolívia⁽¹⁾	-	1.394	-	-	-	-	1.394
YPFB		1.394					1.394
Total	12.469.329	152.072	1.420.630	298.680	81.178	51.835	14.473.724

(1) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2023 (Real brasileiro/Dólar Americano 4,84 e Boliviano/Dólar Americano 6,82).

(2) Direitos de produção in natura (*In-kind*) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

Divulgação dos Detalhes dos Pagamentos

A tabela abaixo fornece os detalhes dos pagamentos feitos a governos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

País	Bacia	Projeto ⁽¹⁾		Tipo de pagamento	Recebedor ⁽²⁾	Valor ⁽³⁾
		Principal jurisdição política subnacional	Onshore/ Offshore			
Brasil	Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Royalties	STN	9.623.159
Brasil	Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Royalties	STN	1.365.129
Brasil	Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Direitos de produção	PPSA	1.354.006
Brasil	Campos	Espírito Santo	Offshore	Royalties	STN	663.505
Brasil	Santos	São Paulo	Offshore	Royalties	STN	641.718
Brasil	Pagamento no nível da entidade ⁽⁴⁾			Impostos	RFB	298.680
Brasil	Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Bônus	ANP	109.748
Brasil	Solimões	Amazonas	Onshore	Royalties	STN	109.208
Brasil	Santos	São Paulo	Offshore	Direitos de produção	PPSA	65.927
Brasil	Santos	São Paulo	Offshore	Bônus	ANP	40.930
Brasil	Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	ANP	30.276
Brasil	Santos	Rio de Janeiro	Offshore	CSR	ICMBio	27.414
Brasil	Potiguar	Rio Grande do Norte	Onshore	Taxas	IDEMA	21.493
Brasil	Potiguar	Rio Grande do Norte	Onshore	Royalties	STN	19.214
Brasil	Pagamento no nível da entidade ⁽⁴⁾			Royalties	STN	17.569
Brasil	Recôncavo	Bahia	Onshore	Royalties	STN	17.386
Brasil	Campos	Rio de Janeiro	Offshore	CSR	ICMBio	17.317
Brasil	Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	ANP	9.714
Brasil	Espírito Santo	Espírito Santo	Offshore	Royalties	STN	5.849
Brasil	Santos	São Paulo	Offshore	CSR	ICMBio	4.552
Brasil	Santos	São Paulo	Offshore	Taxas	ANP	3.376
Brasil	Espírito Santo	Espírito Santo	Offshore	Taxas	ANP	3.160
Brasil	Espírito Santo	Espírito Santo	Onshore	Royalties	STN	3.020
Brasil	Campos	Espírito Santo	Offshore	Taxas	ANP	2.538
Brasil	Camamu	Bahia	Offshore	Royalties	STN	2.005
Brasil	Sergipe	Sergipe	Offshore	Taxas	ANP	1.989
Brasil	Santos	Rio de Janeiro	Offshore	CSR	SIMA - SP	1.737
Brasil	Potiguar	Rio Grande do Norte	Onshore	Taxas	ANP	1.595
Brasil	Potiguar	Rio Grande do Norte	Offshore	Taxas	ANP	1.397
Brasil	Potiguar	Rio Grande do Norte	Offshore	Royalties	STN	900
Brasil	Camamu	Bahia	Offshore	Taxas	ANP	889
Brasil	Jequitinhonha	Bahia	Offshore	Taxas	ANP	869
Brasil	Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Direitos de produção	PPSA	697
Brasil	Sergipe	Sergipe	Onshore	Royalties	STN	667
Brasil	Recôncavo	Bahia	Onshore	Taxas	ANP	617
Brasil	Sergipe	Sergipe	Onshore	Taxas	ANP	570
Brasil	Espírito Santo	Espírito Santo	Offshore	CSR	ICMBio	549
Brasil	Pará-Maranhão	Pará	Offshore	Taxas	ANP	532
Brasil	Solimões	Amazonas	Onshore	Taxas	ANP	434
Brasil	Ceará	Ceará	Offshore	Taxas	ANP	353
Brasil	Barreirinhas	Maranhão	Offshore	Taxas	ANP	267
Brasil	Campos	Rio de Janeiro	Offshore	CSR	SIMA - SP	266
Brasil	Santos	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	IBAMA	190
Brasil	Solimões	Amazonas	Onshore	Taxas	IPAAM	149
Brasil	Paraná	Paraná	Onshore	Taxas	ANP	145
Brasil	Campos	Rio de Janeiro	Offshore	Taxas	IBAMA	140
Brasil	Foz do Amazonas	Amapá	Offshore	Taxas	ANP	131
Brasil	Espírito Santo	Espírito Santo	Onshore	Taxas	ANP	105
Brasil	Recôncavo	Bahia	Onshore	Taxas	IBAMA	93
Brasil	Potiguar	Rio Grande do Norte	Offshore	Taxas	IBAMA	78
Brasil	Espírito Santo	Espírito Santo	Offshore	Taxas	IBAMA	49
Brasil	Sergipe	Sergipe	Offshore	Taxas	IBAMA	15
Brasil	Espírito Santo	Espírito Santo	Onshore	Taxas	IBAMA	10
Brasil	Solimões	Amazonas	Onshore	Taxas	IBAMA	4
Bolívia	Bloque San Antonio	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	467
Bolívia	XX Tarija Oeste	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	311
Bolívia	Colpa Caranda	Santa Cruz	Onshore	Bônus	YPFB	249
Bolívia	Bloque San Alberto	Tarija	Onshore	Bônus	YPFB	218
Bolívia	San Telmo Norte	Santa Cruz	Onshore	Bônus	YPFB	149
Total						14.473.724

(1) Todos os projetos da Petrobras referem-se ao desenvolvimento comercial de petróleo e gás natural, no segmento de Exploração e Produção ("E&P"), utilizando poços como método de extração.

(2) Direitos de produção in natura (*In-kind*) são apresentados ao valor justo de mercado, calculado com base no volume ao qual o Governo Federal Brasileiro tem direito, valorado ao preço médio do petróleo Brent do ano, de acordo com o regime de partilha de produção adotado no Brasil para a exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos no Polígono do Pré-Sal e/ou áreas estratégicas, conforme estabelecido pela Lei 12.351/2010, particularmente nos artigos 2(III), 15(III), 18 e 29(VII).

(3) Os pagamentos da Petrobras no Brasil são feitos em Reais (BRL), enquanto na Bolívia são feitos em Bolivianos (BOL). Todos os pagamentos neste Relatório são reportados em Dólares Americanos, que foram convertidos com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2023 (Real brasileiro/Dólar Americano 4.84 e Boliviano/Dólar Americano 6.82).

(4) Não é atribuível a projetos individualmente. Refere-se ao imposto de exportação aplicado sobre as exportações de petróleo bruto.

(5) Não é atribuível a projetos individualmente. Refere-se ao acordo com a ANP relativo ao montante devido pela unidade de industrialização de xisto SIX (desinvestida em 2022). Este acordo será pago em parcelas até 2027.